

**BARRAR O
PL 4330 !
Não à terceirização!**

PUCViva

Nº 950 - 18/5/2015

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

Na semana passada continuaram os protestos contra o ato obscurantista do Conselho Superior da Fundação São Paulo impedindo o funcionamento da Cátedra Michel Foucault. O Consun, juntamente com o Cepe e o Conselho da Faculdade de Filosofia, Comunicação Letras e Artes, enviou um pedido de reconsideração da decisão ao Conselho da Fundação, que até o final desta edição não havia se pronunciado. A Faculdade de Ciências Sociais dedicou um dia de atividades para discutir o veto e a obra de Foucault, com debates pela manhã e pela noite, apresentando também um texto, fruto da discussão em seu Conselho de Faculdade. Abaixo-assinados circulam pela internet pedindo a revogação da proibição e a imprensa continua repercutindo o ato. Nesta edição publicamos essas manifestações, além da cobertura dos debates da Faculdade de Ciências Sociais.

Para manifestar apoio à criação da Cátedra Michel Foucault na PUC-SP, a Faculdade de Ciências Sociais paralisou suas aulas na última quarta-feira, 13/5, durante os dois turnos. As aulas deram lugar à atividade "Cátedra Michel Foucault e a Filosofia do Presente", que recebeu diversos professores da universidade para conversarem acerca do trabalho do filósofo francês e mais uma vez evidenciam a importância de um grupo dentro da PUC-SP que se dedique a estudá-lo.

A professora do Departamento de História da PUC-SP, Denise Bernuzzi

CONTINUAM AS MANIFESTAÇÕES PELA CÁTEDRA FOUCAULT



JULIANA ABRAMIDES



ANDRESSA VILELA

Acima a platéia que lotou a sessão noturna dos debates ; abaixo a mesa do período matutino com a professora Denise Bernuzzi, Mariza Romero, diretora da Faculdade de Ciências Sociais e o professor Marcio Fonseca, um dos idealizadores da Cátedra Michel Foucault

de Sant'Anna, concentrou sua fala pontuando alguns aspectos principais da obra de Foucault. Denise destacou que a capacidade de pesquisa do filósofo teve como

centro a problematização das coisas, proveniente de sua curiosidade e disponibilidade para questionar.

Ela ressalta que no filósofo não há propriamente

conflitos de ideias, mas sim um deslocamento entre várias ideias e temas diferentes. "Ele possuiu uma enorme coragem para enfrentar temas novos e para pensar o que não lhe era confortável, tanto sobre temas que parecem naturais ao nosso cotidiano, quanto sobre questões específicas, como assuntos médicos, por exemplo", afirma a historiadora, acrescentando ainda que em oposição à totalidade, o autor problematiza a história através da multiplicidade.

Ainda nesse sentido, Márcio Alves, diretor da Fafica e professor do Departamento de Filosofia, pontuou que para Foucault, o acontecimento histórico principal é a singularidade, acrescentando que para o autor não existiam verdades reais.

Ao comparar Foucault com Max Weber, Alves afirma que há uma importante convergência: ambos prestam atenção no problema da singularidade e das particularidades. Ao mesmo tempo, o professor pontuou as diferenças entre os dois autores. Em Webber, a intuição é orientada para a compreensão, encarando, portanto, a história como uma

continua na próxima página

Consad reduz valor de horas administrativas

Através da deliberação 03/2015 o Conselho de Administração Superior, Consad reduziu a carga horária de uma série de departamentos e coordenações. Não foram informados os critérios que levaram à diminuição das ho-

ras atribuídas aos docentes, mas depreende-se que os departamentos com menos professores e os cursos com menos alunos foram os mais atingidos. A deliberação mais uma vez fere as já combatidas condições de trabalho da PUC-SP pois os

docentes receberão a metade do que recebiam antes com o mesmo volume de trabalho. Além disso, no caso das coordenações, a deliberação fere as normas do MEC que estipulam um mínimo de 20 horas para os coordenadores.

continuação da página anterior

ciência da compreensão. Já em Foucault, a história é orientada pela atitude, não como uma ciência, tampouco orientada pela compreensão, mas sim como uma tarefa de acontecimentalização do presente, de chamamento à atitude.

Ao concluir sua exposição, Márcio afirmou que talvez seja no vão que existe entre os dois pensadores que estaria uma tarefa importante do pensamento atual.

PERÍODO NOTURNO

À noite a discussão foi feita por Salma Tannus Muchail (Faficla) e uma das idealizadoras da cátedra Michel Foucault, Edson Passetti (Faculdade de Ciências Sociais) e Peter Pál Pelbart (Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde). Os professores fizeram observações sobre censura e proibições dentro de um espaço de pensamento que é uma universidade e partiram para explicações sobre quem era Foucault. O professor Passetti fez uma bela fala sobre a influência do pensador em sua vida enquanto professor, enquanto a professora Salma focou mais no que significava a proibição dos debates na PUC-SP e como se relacionava com a teoria de Foucault.

O debate também contou com a intervenção de outros professores da PUC-SP, como a professora Bia Abramides, do Serviço Social e diretora da APROPUC.

**PARA MANIFESTAR
APOIO À CÁTEDRA
MICHEL FOUCAULT**

ACESSE

<http://foucault.lrdsign.com/>

Cátedra Michel Foucault e a Filosofia do Presente

A PUC-SP é a primeira Universidade fora da França a ter em seu acervo cópias em áudio dos 13 cursos ministrados por Michel Foucault no Collège de France, sendo que dois destes cursos são inéditos: o "Governo dos vivos" (1980) e "Subjetividade e verdade" (1981).

A escolha da PUC-SP foi fruto da iniciativa do Consulado Geral da França de comum acordo com representantes da École Normale Supérieure de Paris, Université Paris VIII, Collège International de Philosophie, Universidade de Lisboa, Universidad Complutense de Madrid, Universidad San Martín (Argentina), Universidad de Caracas e Universidad de Valparaíso (Chile). A indicação demonstra que a PUC-SP conta com professores

e alunos que são reconhecidos como pesquisadores e produtores de conhecimento inspirados pelo pensamento de Michel Foucault, mais ainda, demonstra que a Universidade é, ela mesma, reconhecida como academicamente de nível excelente, como internacionalista, como uma Universidade atenta teórica e empiricamente às questões do mundo contemporâneo, foco da atenção de Michel Foucault.

A contrapartida à doação do acervo seria a constituição de uma Cátedra, o que foi acordado e feito, sob a coordenação do Departamento de Filosofia da Faficla, com a denominação, "Michel Foucault e a Filosofia do Presente". Entretanto, após ter sido aprovada com louvor em todas as instâncias, a Universidade, de-

para-se com a rejeição da Cátedra por parte do Conselho Superior da Fundação São Paulo.

Esta recusa nega tudo o que caracteriza uma Universidade e a história da PUC-SP, suas práticas, sua dedicação à valorização da independência de pensamento, da crítica, da autonomia, da Universidade como espaço de exercício da liberdade.

O Consun (Conselho Superior da Universidade), diante da negativa, entrou com recurso e esperamos que o Conselho Superior da Fundação São Paulo ouça a comunidade puquiã, as exortações nacionais e internacionais, e reverta sua decisão.

Conselho da Faculdade de Ciências Sociais da PUCSP

Obscurantismo

Vladimir Safatle

Pode parecer um mero problema ligado à vida acadêmica nacional, mas infelizmente é muito mais que isto. Trata-se da expressão perfeita de um sintoma de obscurantismo que parece, aos poucos, tomar conta de setores importantes da sociedade brasileira. Há alguns anos, alguns dos mais destacados professores de Filosofia da PUC-SP, associados a várias universidades francesas, ibéricas e latino-americanas, juntamente com o Consulado da França em São Paulo, criaram a cátedra Michel Foucault. Seu objetivo era fornecer a estrutura institucional para o estudo e pesquisa de um dos filósofos mais importantes do século 20, com grande influência no desenvolvimento do pensamento brasileiro. Graças a tal iniciativa, o Brasil recebeu, por exemplo, um precioso acervo das gravações de suas aulas no Collège de France.

No entanto, há algumas semanas um dos conselhos dirigentes da PUC-SP vetou a criação da

referida cátedra. Motivo: o pensamento de Foucault não coadunaria com os valores defendidos por uma instituição católica de ensino. Por ironia do destino, e isto diz muito sobre o Brasil atual, a mesma PUC-SP foi, nos anos setenta e oitenta, uma das instituições responsáveis pela introdução do pensamento de Foucault e outros filósofos franceses entre nós.

Alguns podem ver nisto certa coerência, como seria coerente, seguindo este mesmo raciocínio, impedir os alunos da PUC-SP terem aula sobre Nietzsche (já que este anunciou a morte de Deus), Freud (que chamou a religião de "o futuro de uma ilusão"), Voltaire (o anticlerical por excelência) ou quicá mesmo sobre Spinoza (visto pela teologia oficial como a expressão cabal da heresia panteísta). Mas, se assim for, por que chamar de "universidade" o que, cada vez mais, se aproxima de um seminário católico ou de uma maquinaria de proselitismo religioso? "Universidade" significa espaço livre de saber, no inte-

rior do qual podemos oferecer uma formação na qual visões em conflito são apresentadas. Por isto, o conteúdo de ensino de uma universidade deve estar livre dos limites impostos pelos interesses de igreja, mercado, Estado ou de qualquer outro poder político.

Se a PUC-SP quer seguir tal caminho obscurantista, então ela deve assumir as consequências de sua escolha e abrir mão de sua creditação como universidade. Pois tal creditação é fornecida pelo Estado brasileiro a partir do respeito a valores elementares de abertura e pluralidade. Várias outras universidades católicas no mundo achariam aterrador uma atitude como a recusa de uma cátedra de filosofia por motivos teológicos. Se esta for a regra daqui para a frente, o Estado brasileiro deve defender o conceito de Universidade fruto do Esclarecimento.

Vladimir Safatle é professor de Filosofia na USP. O artigo acima foi publicado pela Folha de S. Paulo

Chapa AFAPUC de Todos se apresenta à comunidade

A chapa "AFAPUC de todos", nome escolhido para apresentar o grupo de candidatos que se dispõe a concorrer à eleição que definirá a representação da diretoria da AFAPUC no biênio 2015/2017, vem a vocês, funcionários, apresentar a formação da chapa, e a plataforma de campanha que mais uma vez motivou o grupo se expor, tendo como primícias a coletividade. Como plataforma de campanha para o biênio 2015/2017, a chapa "AFAPUC de todos" pretende manter e melhorar ainda mais os serviços já prestados para os funcionários tais como: vacinação contra gripe; campeonato de futsal Saaesp/AFAPUC; torneio de pesca Sorocaba/São Paulo; passeio para Colônia de Férias Saaesp, 22/8, no aniversário da PUC-SP; festa das crianças; festa de confraternização de final de ano; convênios nas áreas da saúde, estética e lazer, assim como as eventuais promoções nas datas comemorativas como

Páscoa, Natal e outros.

Entre o pretendido no período de 2013/2015, e o realizado, melhoramos a qualidade dos serviços prestados; adquirimos novas parcerias e "convênios"; e um espaço físico adequado para sede da AFAPUC. Se antes tínhamos como bandeira as questões éticas e morais que interferem na convivência individual e coletiva na Universidade e na AFAPUC, elas só nos fortaleceram na reafirmação dos nossos princípios e compromissos assumidos contra o fim da terceirização que apontávamos como uma doença do mundo globalizado.

Sim, a chapa "AFAPUC de todos" continua contra a PEC 4330 da Terceirização, por entender ser uma bandeira dos trabalhadores brasileiros, independente de chapas, partidos políticos e setores que nos representem. A Terceirização vai contra tudo aquilo que defendemos nesses anos de AFAPUC: redução da jornada de trabalho; plano de carreira; não

ao acúmulo e desvio de função; não à precarização dos postos de trabalho e exploração do trabalhador. Partindo desse contexto, a PUC-SP não é um reino encantado à margem da terceirização. Muito pelo contrário, por isso pergunto a vocês: quem de nós, não conhece ao menos um funcionário terceirizado dentro da Fundasp/PUC-SP?

É por essas questões e outras tantas que a chapa "AFAPUC de todos", dirige-se a você, cida-

dão brasileiro e funcionário da Fundasp/PUC-SP, fazendo um apelo, pela participação efetiva de todos nas questões que interferem no cotidiano do funcionário e cidadão brasileiros que somos: não deixem de manifestar-se, não deixem de votar!

Representar e ser representado é uma condição que reflete não somente aquilo que você acredita, mas também as necessidades da sociedade da qual todos fazemos parte.

"AFAPUC DE TODOS"

Presidente: Francisco Cristovão
Vice Presidente: Flávio Luis Nogueira
1º Secretário: Nalcir Antônio Ferreira Jr.
2º Secretário: José Aparecido Zaneti
1º Tesoureiro: Edmilson Brandão de Souza
2º Tesoureiro: Paulo Cesar Albanez

Para o Conselho Fiscal:

Titulares:	Suplentes:
Monica Ferreira Souza da Silva	Antônio Corrêa Machado
Célia Regina de Aro	Valter Aparecido Senfuegos
Emerson Aguiar Freitas	Rodrigo Mariano Costa

Sinpro-SP esclarece o pagamento da dívida de 2005

O presidente do Sinpro-SP, professor Luiz Antonio Barbagli, esteve na PUC-SP, na terça-feira, 12/5, para conversar com os professores sobre o pagamento da dívida de 7,66%, fruto de um acordo que envolveu o Sinpro-SP e a Fundasp, do qual a APROPUC participou como coadjuvante.

O professor Luiz Antonio retomou aos presentes as explicações que já foram veiculadas neste jornal, ou seja, que em maio começou a ser efetuado o pagamento dos cerca de 170 professores que não assinaram acordos individuais com a Fundasp e persistiram no pro-

cesso contra a mantenedora. É bom lembrar que apenas têm direito ao recebimento os professores que estavam na PUC-SP em março de 2005. A ideia inicial do Sinpro-SP e da APROPUC era que a primeira parcela do pagamento fosse de valor semelhante àquela recebida pelos professores que fizeram o acordo. Porém, a Fundasp afirmava que não poderia pagar todo este montante de uma só vez, então ficou acertado no acordo entre Fundasp e Sinpro, que a Fundasp desembolsaria no primeiro ano de pagamento da dívida 30% do montante geral, o que equivaleria aos



Professor Luiz Antonio Barbagli em encontro com os professores da PUC-SP

60% recebidos pelos docentes em 2010 - ou seja, que receberam média de três salários no período. Ainda assim, a APROPUC insistiu que as primeiras parcelas fossem mais altas, o que re-

dundará no rateio entre os docentes de um montante de R\$ 600.000,00 nas quatro primeiras parcelas.

continua na próxima página

continuação da página anterior

. Nas oito restantes serão rateados R\$ 233.333,33 e nos outros quatro a cada mês serão depositados pela Fundasp R\$ 238.317,75. Esses valores deverão ser corrigidos anualmente pela variação do INPC. Somente quando a dívida com os professores que não celebraram o acordo extra judicial extinguir, começará o pagamento dos docentes que assinaram o acordo. O presidente do Sinpro-SP esclareceu também que o valor final de cada docente é a somatória da dívida ao longo de 10 anos, levantada pelo Sinpro-SP através do holerite de cada professor, fornecido pela Fundasp. O valor final inclui o FGTS que deveria ser pago sobre a parcela devida e também abarca o INSS de cada docente.

Estão excluídos deste pagamento os docentes que foram demitidos pela PUC-SP entre 2005 e 2010, pois eles já receberam em homologação os valores totais que hoje estão sendo repassados aos docentes. No endereço divulgado ao final desta matéria já poderão ser consultados os valores globais a que cada professor tem direito.

Ainda estão sendo acertados os casos de docentes que faleceram durante este período. Os dependentes destes professores deverão procurar o Sinpro-SP. Lembramos que cada docente deverá se cadastrar no site do Sinpro-SP.

Para consulta do saldo a que cada um tem direito basta acessar: http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp

"Traduzindo" o processo PLR da Fundasp

Processo 0002478-77.2014.5.02.0076 76ª Vara do Trabalho de São Paulo

Partes

Reclamante: Fundação São Paulo

Reclamada: Sinpro, Saesp, Semesp, Fepesp, Feteesp.

A) PREÂMBULO:

A Fundasp propôs Ação Declaratória requerendo a nulidade da cláusula 14ª da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, que impôs às mantenedoras sem fins lucrativos o dever de distribuir "PLR - Participação nos Lucros e Resultados" na forma de "abono salarial".

A Fundasp ajuizou também ação de consignação em pagamento, pela qual efetuou o depósito judicial do valor integral devido a título de abono aos seus empregados, visando assim evitar os efeitos da mora, isto é, afastar a incidência de multas e demais penalidades em razão do inadimplemento do determinado na referida cláusula 14ª.

Em razão da conexão existente entre as matérias tratadas nas duas ações, os processos foram apensados (juntados) e simultaneamente sentenciados.

B) SÍNTESE DA AÇÃO DECLARATÓRIA

A ação declaratória proposta pela Fundasp tem por objeto a declaração de nulidade da cláusula 14ª da CCT da categoria, na qual ficou estipulado que as mantenedoras "sem fins lucrativos" também deveriam distribuir o mesmo valor fixado a título de "PLR - Participação nos Lucros e Resultados", mas sob a denominação de "abono salarial".

As corrês (entidades sindicais protagonistas da referida convenção coletiva de trabalho) apresentaram defesa.

Como se tratava matéria eminentemente "de direito", que dispensava a produção de provas complementares, o Juiz julgou de forma antecipada a lide, sentenciando improcedente a ação, entendendo que a Fundasp, mesmo sendo entidade sem fins lucrativos, estava obrigada a distribuir a PLR sob a denominação de "abono salarial", tal como preconizado na referida norma coletiva, sem que isso fosse justificativa ou implicasse em sua exclusão e/ou perda da condição de entidade sem fins lucrativos.

O juiz fundamentou sua decisão no fato de a Convenção Coletiva de Trabalho que instituiu tal obrigação ser válida, formalizada por sindicatos legítimos, representantes das categorias econômica e profissional, afora o fato de não existir previsão - em Lei ou em Norma Coletiva - que exima entidade sem fins lucrativos do cumprimento da referida cláusula coletiva.

Afirmou ainda que no § 3º da referida cláusula 14ª consta previsão de pagamento da participação nos lucros ou resultados sob a forma de "abono salarial" para empregadoras que, como a Fundasp, se enquadram na exceção de que trata o artigo 2º, § 3º, inciso II, da Lei 10.101/00.

Por fim, conclui ressaltando não considerar isso "manobra fraudulenta", eis que adotada somente para garantir "isonomia" entre todos os empregadores integrantes da categoria econômica (entidades com e sem fins lucrativos).

C) AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Reclamante: Fundação São Paulo

Reclamada: Sinpro, Saesp, Semesp, Fepesp, Feteesp.

A Fundasp ajuizou esta consignatória para o fim específico de depositar em juízo o valor integral que considera devido a título de "abono salarial" aos seus empregados e, assim, afastar os efeitos da mora, ou seja, a incidência de eventuais multas e demais consectários decorrentes do inadimplemento da referida cláusula 14ª da CCT.

As entidades sindicais reclamadas apresentaram defesa. O Sinpro-SP apresentou, além da defesa, reconvenção.

Como a Fundasp efetuou oportunamente o depósito integral do valor devido a título de abono, ou seja, não incorreu em mora, o juízo sentenciou procedente esta a consignatória, declarando extinta a obrigação da Fundasp no que se refere ao pagamento de multas, juros e correção monetária, reconhecendo que houve o cumprimento da obrigação.

Ao final, autorizou o levantamento do valor depositado pela Fundasp, e a consequente distribuição do mesmo aos seus empregados.

Contudo, o levantamento e a consequente distribuição dos valores depositados pela Fundasp somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da decisão, ou seja, após o decurso do prazo para a interposição de eventuais recursos.

D) RECONVENÇÃO

Reconvinte: Sinpro-SP

Reconvinda: Fundação São Paulo

Como a reconvinida (Fundasp) cumpriu a obrigação por intermédio da realização do depósito do valor integral devido aos seus empregados, a reconvenção apresentada pelo Sinpro-SP foi julgada improcedente, sob o fundamento de que não ocorreu o descumprimento do estabelecido na cláusula 14ª da referida norma coletiva.

FALA COMUNIDADE

Meia democracia não é democracia

A PUC-SP já foi pioneira na mais legítima autonomia universitária e na mais ampla prática democrática; agora a Universidade está reduzida a processo eleitoral restrito e controlado.

Hamilton Octavio de Souza

O anúncio de que a PUC-SP terá eleições, de 8 a 12/6, para a escolha das chefias dos departamentos, coordenações dos cursos e das representações docentes nos órgãos colegiados, é uma notícia recheada de simbolismo e que deve despertar o interesse da comunidade. A demora na divulgação das normas para as eleições chegou a suscitar especulações variadas, desde a da suspensão do pleito, a da prorrogação dos mandatos atuais e até a do golpe mais duro na estrutura interna com a extinção definitiva dos departamentos.

Aparentemente a Fundasp e a Reitoria avaliaram que ainda não era o momento para mais esse retrocesso na trajetória da Universidade. Isso deverá acontecer em futuro próximo. No entanto, as normas aprovadas no dia 29/4 pelo Consun reproduzem os critérios restritivos das últimas eleições, os quais limitam decisivamente a participação dos professores nos cargos eletivos e concentram os poderes decisórios nas instâncias superiores, todas elas hierarquicamente dependentes e subordinadas entre si.

É claro que democracia universitária implica não apenas na realização de eleições para todos os

cargos de gestão acadêmica e administrativa e de representação nos órgãos colegiados. Implica também em ampla e irrestrita liberdade de expressão, em total liberdade de cátedra, em efetiva transparência administrativa e financeira, em acesso garantido para todos os segmentos sociais, em relações diretas com organizações e instituições da sociedade. Não cabem, portanto, censuras, exclusões e vetos a pesquisas, estudos, manifestações e a debates de qualquer ordem.

Quando o processo de democratização da PUC-SP foi instaurado, no início dos anos 1980, graças à sabedoria e empenho do Grão Chanceler Dom Paulo Evaristo Arns e da reitora Nadyr Kfoury, passaram a vigorar por muitos anos, na prática, critérios mais amplos e democráticos do que aqueles escritos no próprio Estatuto: todos os professores ativos podiam votar e ser votados, os funcionários tinham direito a voto em várias instâncias, os estudantes elegiam diretamente seus representantes e o dispositivo da lista tríplice jamais foi aplicado. O que valia mesmo era a eleição dos mais votados, como manda o bom manual da verdadeira democracia representativa.

Esse processo foi tão rico e significativo para a construção do conceito público sobre a democra-

cia puquiana que, em determinados momentos, chegamos a ter seguidas assembleias de cursos com votação universal para professores e estudantes, assim como coordenações de cursos com gestão paritária de professores, estudantes e funcionários. Foi nesse período de intensa participação da comunidade e muitos debates sobre todas as questões, internas e externas, que a PUC-SP conquistou a fama de uma Universidade viva, fértil, diferenciada e única no Brasil.

No entanto, após os golpes de 2005, 2006 e 2007 (demissão massiva de professores e funcionários, gestão autoritária da Universidade, maximização dos contratos de trabalho, elaboração de novo Estatuto, invasão do campus pela tropa da PM, repressão ao movimento estudantil, congelamento das carreiras), o nível de participação dos segmentos ficou reduzido e as eleições se transformaram num processo bem mais controlado pelas instâncias superiores.

Assim, os eleitos nem sempre expressam a vontade de seus pares e nem sempre representam as bases da comunidade, mas, ao contrário, ficam cada vez mais subordinados aos interesses da cúpula.

É o caso das eleições para chefias de departamentos e para as coordenações de cursos.

Antes todos os professores ativos podiam concorrer. Agora só podem ser candidatos os professores da carreira do magistério, o que deixa de fora todos aqueles não titulados e todos aqueles que foram contratados nos últimos dez anos e que continuam fora da carreira porque a Universidade congelou os concursos de ingresso e progressão na carreira. Pelo menos entre 400 e 500 professores que trabalham na PUC-SP, estão em plena atividade docente, não podem ser candidatos a nada. Podem votar, mas não podem ser eleitos.

As eleições para as coordenações de curso são mais restritivas ainda: só podem ser candidatos os professores que estão na carreira com o título de doutor, o que limita bastante a participação e o número de candidatos. No caso das eleições para as coordenações dos programas de pós-graduação, a limitação é ainda maior, na medida em que vários professores foram descredenciados nas polêmicas avaliações de 2014 e só podem ser candidatos os professores credenciados em 2015.

Os demais professores, mesmo que tenham dedicado suas vidas a esses cursos, estão fora do processo.

continua na próxima página

continuação da página anterior

Aluno denuncia perseguição da Reitoria

Emerson Aguiar Noronha

Além disso, vale lembrar que a atual Reitoria resgatou para a nomeação da reitora biônica um instrumento jamais utilizado antes em trinta anos da democracia puquiãna, o de desconsiderar a eleição do mais votado e burlar a vontade da maioria com a nomeação superior de qualquer um incluído na lista tríplice. A elaboração da lista tríplice também vale, segundo as normas eleitorais, para as chefias dos departamentos e para as coordenações de curso, com a escolha final da Reitoria e das direções das faculdades, respectivamente.

Tal critério possibilita, por exemplo, que em qualquer departamento e em qualquer coordenação de curso, os candidatos menos votados sejam ao final escolhidos e nomeados pelas instâncias superiores o que proporciona uma total distorção do processo eleitoral, que, para ser legítimo deve sempre respeitar a vontade soberana da maioria nos vários segmentos que formam a Universidade. Portanto, o que temos hoje na PUC-SP é um processo eleitoral com tantas restrições e tantas exclusões que seria um erro conceitual chamar isso de democracia.

No máximo trata-se de um processo de escolha sob controle, que não aplica os requisitos próprios de um processo verdadeiramente democrático.

Meia democracia, viciada pela exclusão, evidentemente não é democracia.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor

Tenho atestados médicos que afirmam diretamente que a PUC-SP piorou meu estado de saúde: portador de linfoma, depressão maior, transtorno de ansiedade generalizada e adaptação social; sou beneficiário do INSS, tive que entrar na justiça contra o INSS e ganhei com medida tutelar inclusive. Perita judicial especialista aferiu e confirmou toda problemática no processo.

A caminho da PUC-SP com barraca e uma trouxa para acampar no Pátio da Cruz, cabe salientar que a coluna do Vladimir Safatle ("Obscurantismo", na Folha de S.Paulo), colocou exatamente o que eu vinha afirmando, e se estou incisivamente falando de algo grave não é por loucura ou por mera agitação: estarei acampado sozinho ou com qualquer um que deseje acompanhar e aderir. Vontade minha é que seja a segunda opção para juntos construirmos, e derrubarmos cada ato nefasto e execrável, um a um, que estão transformando a histórica e renomada PUC-SP em uma "uni" da Arquidiocese. Conselhos anulados de nada servem, meros abajures burocráticos para sustentar aparente respeito à natureza da PUC-SP: comunitária, filantrópica e detentora de título de utilidade pública federal, estadual e municipal.

O Procurador da República, Exmo. Dr. Rafael Siqueira de Preto, do Ministério Público Federal, está investigando as minhas de-

núncias e teses contra a PUC-SP/Fundasp desde setembro de 2014, quando ele autuou estas duas instituições com base nos meus textos e documentos. Desde outubro de 2014 que a Reitora e a Fundasp recebem a visita mensal de um oficial de justiça para entrega de mandatos. Agora o trâmite está em segredo de justiça, pois o caldo engrossa cada vez mais.

E por conta de todas as minhas ações pela nossa PUC-SP, estou no topo dos perseguidos políticos da Reitoria e da Fundasp. Desde que ingressei na PUC-SP, especialmente a partir de agosto de 2014, a perturbação que esta me causa é imensa. E só têm piorado pois após o MPF a perseguição e o assédio contra mim vêm de todos os lados e de todos os órgãos da PUC-SP. A próprio SAE me assediou gravemente, e diretamente, em "conversa" fechada na sala da diretora geral da secretaria, Magna,

que me submeteu a uma sessão de assédio moral e rebaixamento - em dezembro último; tenho tudo gravado em áudio.

Meu nome foi incluído no processo de reintegração de posse da Reitoria, apesar de ter sofrido uma cirurgia uma semana antes e de no dia da ocupação ter passado o dia - até as 22h - em atendimento ambulatorial no Hospital 9 de Julho. Politicamente estava tensionado, mas tal ocupação foi atrapalhada e eu jamais a propus; queria um acampamento e outras coisa mais efetivas e sem riscos jurídicos e de melhor imagem ao corpo discente puquiãno.

Não sei dizer o quanto mais aguento de tamanha perturbação, assédios, perseguições, etc.

Saudações.

Emerson Aguiar Noronha, acadêmico perseguido, assediado e de alta periculosidade da Filosofia PUC-SP

FORTALEÇA A LUTA DOS PROFESSORES

ASSOCIE-SE À APROPUC Defenda seus direitos

Basta entrar no site www.apropucsp.org.br,
escrever para apropuc@uol.com.br, telefonar para
11 3872-2685 ou inscrever-se na
sede da entidade, à Rua Bartira 407

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professores do Estado se reúnem com Secretaria da Educação

A Justiça de São Paulo determinou na última quarta-feira, 13/5, que o governo estadual pare de registrar faltas injustificadas aos professores em greve e que também não se descontem do salário os dias parados. Em caso de descumprimento foi fixada uma multa diária de R\$ 10 mil.

Também na última quarta-feira, a Secretaria Estadual de Educação se reuniu com a diretoria do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). O representante do governo deu alguns informes.

Sobre salários, será encaminhado em junho à Assembleia Legislativa um projeto de lei com uma política salarial para os próximos três anos. A Apeoesp reafirmou a necessidade que sejam apresentados índices, sobretudo para 2015, de forma que a categoria possa deliberar sobre.

Em relação à forma de contratação dos professores temporários informou que encaminhará à Alesp projeto de lei em 30 dias. A contratação será feita por três anos ininterruptos, com intervalo de 180 dias até que possa celebrar novo contrato. Quanto ao direito à assistência médica para os professores da "categoria O", também será encaminhado projeto de lei em 30 dias para a Alesp.

Sobre o desmembramento das classes superlotadas, o secretário decidiu constituir um grupo de trabalho, que discuta também uma solução estrutural para o problema, definindo uma política para que, gradualmente, se reduza o número máximo de alunos por sala de aula, até chegar ao número de 25.

O sindicato solicitou que todas as propostas sejam entregues por escrito. Na sexta-feira,

15/5, ocorreu uma nova assembleia que discutiu os pontos com a totalidade dos professores.

No País hoje também ocorrem greves de professores em outros estados, como Paraná, Santa Catarina, Goiás, Bahia, Alagoas, Pernambu-

co, Piauí, Pará e Amapá e também em alguns municípios. O Movimento Por Uma Tendência Socialista, que constrói a Oposição Alternativa na Apeoesp, é a favor da unificação dessas greves em uma greve nacional dos professores.

Dia 14/5 é marcado por protestos de professores federais

Na quinta-feira, 14/5, professores de todo o país reuniram-se para protestar por melhores condições de trabalho e de salários. As atividades marcaram o Dia Nacional de Paralisação das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e dos Servidores Públicos Federais (SPF), que foi convocado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos SPF e reforçado pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

O Andes também chamou um ato nacional em

Brasília (DF) em frente ao Ministério do Planejamento durante reunião do Fórum das Entidades Nacionais do SPF com representantes das Entidades Nacionais dos SPF e representantes da Secretaria de Relações do Trabalho.

O diretor do Andes-SN, Giovanni Frizzo, afirmou em matéria publicada no site do sindicato que a única maneira de resistir aos ataques provocados pelo governo federal é com a intensificação da mobilização no conjunto dos trabalhadores.

Câmara aprova novos ataques aos trabalhadores

A Câmara dos Deputados aprovou na última quarta, 13/5, a Medida Provisória 664, que altera direitos como a pensão por morte e o auxílio doença. A medida foi aprovada com votos unânimes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e praticada de toda a bancada petista.

A MP 664 impõe um período de carência de um ano e meio de contribuições para

o recebimento da pensão, sendo que antes não havia. Além disso, estabelece um tempo mínimo de casamento ou união estável de dois anos e limita a pensão vitalícia para os cônjuges acima de 44 anos. Aos casais menores de 21 anos, a pensão valerá apenas por três anos.

Outra mudança é a possibilidade de as próprias empresas fazerem a perícia

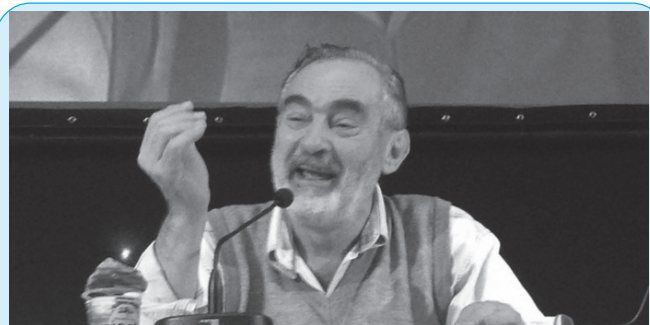
médica nos funcionários e não somente o INSS, o que deve, evidentemente, dificultar a concessão do benefício. Apesar disso, o texto aprovado mantém o valor da pensão integral como era antes, ao contrário do que o governo pretendia.

Já no final da votação da MP 664, a Câmara aprovou uma emenda do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que substitui o atual Fator

Previdenciário pelo Fator 85/95. Isso significa que, para se aposentar com o salário integral o trabalhador deverá somar idade e tempo de contribuição superior a 95, e 85 no caso das mulheres.

No próximo dia 29, centrais sindicais organizarão uma paralisação nacional rumo à greve geral para protestar contra o ajuste fiscal que tem sido feito pelo governo Dilma.

ROLA NA RAMPA



O professor José Paulo Netto durante evento no Tuca

Dia do Assistente Social é comemorado com seminários

No dia 11 de maio, segunda-feira, a livraria Cortez promoveu o 8º Seminário Anual de Serviço Social, "Conservadorismo, Lutas Sociais e Serviço Social: Expressões e desafios ao projeto ético-político". No evento, o cientista político Prof. Dr. José Paulo Netto prestou homenagem póstuma ao marxista Prof. Dr. Carlos Nelson Coutinho. Após relatos pessoais e homenagem à Coutinho, pela grande contribuição ao pensamento marxista e gramsciano, José Paulo Netto também foi homenageado por estudantes e docentes da área de serviço social, devido à essencialidade de suas obras para a área. O Seminário contou ainda com discussões sobre as relações do Serviço Social com a crise capitalista, conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil, além de debater os espaços sócio-ocupacionais, as lutas sociais e os desafios do projeto ético-

político do Serviço Social ante ao conservadorismo. No dia 15/5 aconteceu o Seminário Estadual em Comemoração ao Dia do/a Assistente Social, "Profissional de Luta, Profissional Presente! - Pelas políticas públicas, pelos direitos humanos", no Circolo Italiano, no Edifício Itália. O evento contou com a intervenção cultural do rapper Vulgo Elemento, Daniel Pérciles Arruda, assistente social doutorando da PUC-SP e docente do Centro Universitário Assunção - UNIFAI, além de uma abertura com o CFESS, CRESS, ABEPSS e ENESSO. No início da noite, Luis Augusto Vieira (UFG), Rodrigo Teixeira (UFF) e Bia Abramides, professora da PUC-SP debateram o tema "Assistente social: profissional de luta, profissional presente! pelas políticas públicas, pelos direitos humanos". O encerramento ficou por conta de uma atividade cultural com o Bloco Saci da Bixiga.

Profesora recebe prêmio pela luta antimanicomial

A professora Beatriz Abramides, do curso de Serviço Social e diretora da APROPUC foi uma das premiadas no dia 16/5 com o VII Prêmio Carrano de Luta Antimanicomial e Direitos Humanos. O troféu é entregue anualmente a 13 pessoas e instituições,

que com sua arte e atitudes contribuem denunciando, atuando e manifestando sua indignação contra quaisquer violações dos Direitos Humanos, especialmente no que se refere às pessoas nas condições de sofrimento mental.

Campanha de vacinação contra a gripe

A campanha de vacinação contra a gripe de 2015 foi transferida para os dias 25 a 28/5, das 9h às 21h, na sala 1 da Biblioteca, no campus Monte Alegre. O preço fixo para estudantes, dependentes de funcionários e comunidade externa é de R\$30,50, enquanto associados à AFA-PUC e APROPUC não serão cobrados. Professores e funcionários não associados pagarão R\$9,15, com desconto em folha. No campus Consolação, a vacinação acontece no dia 26/5, entre 9h e 21h; em

Santana, 27/5, das 16h às 21h; Barueri, dia 27/5, entre 13h e 16h30; Sorocaba, também dia 27/5, entre 8h e 19h; Derdic, dia 28/5 das 9h às 17h; e Ipiranga também no dia 28/5, entre 9h e 14h. A vacinação é organizada pela Divisão de Recursos Humanos, Serviço Médico, AFAPUC e APROPUC em parceria com o Laboratório Abbott. Para mais informações, entre em contato por amb.medico@pucsp.br ou pelos telefones 3670-3368 e 3670-8234.

Inscrições para eleições PUC-SP acontecem nesta semana

As inscrições de chapa para eleições gerais da PUC-SP, para chefes de departamentos, coordenadores de curso e representantes dos colegiados (Cepe, Ceecom, e Conplad) ocorrem nos dias 18 e 19/6. O pleito acontece entre os dias 8 e 12/6 e a

posse será no início do mês de agosto. As eleições da AFAPUC acontecem entre os dias 25 e 27/5, e a campanha eleitoral vai até o dia 23. A única chapa inscrita se chama "AFAPUC de todos", com Francisco Cristovão para presidente.

Lael prepara a 20ª edição do InPLA

O Pós em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) realiza o 20º InPLA – Intercâmbio de Pesquisa em Linguística Aplicada, de 11 e 14/11, na PUC-SP. Os

trabalhos deverão ser submetidos a site do evento até 10/6: <http://corpuslg.org/inpla/2015/>. Outras informações podem ser obtidas também no site.

PUC Junior promove mais uma Campanha do Agasalho

A PUC Júnior Consultoria (FEA/PUC-SP) realiza até 3 de julho a 11ª edição do Campanha do Agasalho, evento com o propósito de arrecadar agasalhos para doar a instituições carentes na época do inverno. Na edição de 2015 as entidades beneficiadas serão: Arsenal da Esperança, Oratório São

Domingos, Recanto Nossa Senhora de Lourdes, CEPHAS e Creche Nossa Senhora da Consolação. Os pontos de arrecadação de agasalhos estão localizados nos seguintes pontos do campus Monte Alegre: entrada da biblioteca, Pratinha, e entradas das ruas Monte Alegre e Ministro Godói.